

Modulações algorítmicas em plataformas digitais e o colonialismo de dados: reflexões para a construção de uma agência descolonial.

■ Monique Navarro Souza; Luis Artur Costa

Resumo

Os sistemas algorítmicos modulam as subjetividades no contemporâneo, através do uso de diferentes instrumentos e técnicas que reificam a noção de um humano colonial e reiteram uma lógica antropocêntrica. Como podemos resistir nas (e com as) plataformas digitais? As xenofeministas acreditam na ação de redesenhar as funcionalidades das materialidades tecnológicas, e produzir alianças com aquilo que nos é estranho, com forças alienígenas, externas e inumanas. Faz-se fundamental a experimentação da descolonização das epistemologias, dos saberes psis, dos imaginários sociotécnicos e de ações coletivas nos espaços digitais. Assim, o presente artigo tem como objetivo apostar na (re)apropriação da técnica e da imaginação, além de uma outra (xeno)cosmopercepção para apreender as dinâmicas micromateriais envolvidas nas modulações algorítmicas, a fim de ficcionarmos coletivamente agências descoloniais, que não reproduzam hierarquias violentas e opressoras, e que possam nos oferecerem novas possibilidades de mundos, em um contexto tecno(necro)biopolítico.

Palavras-chave

cosmopercepção, imaginários sociotécnicos, xenofeminismo

Abstract

Algorithmic systems modulate subjectivities in the contemporary, through the use of different instruments and techniques that reify the notion of a colonial human and reiterate an anthropocentric logic. How can we resist on (and with) digital platforms? Xenofeminists believe in the action of redesigning the functionalities of technological

materialities, and producing alliances with what is foreign to us, with alien, external and inhuman forces. It is essential to experiment with the decolonization of epistemologies, psi knowledge, socio-technical imaginaries and collective actions in digital spaces. Thus, this article aims to bet on the (re)appropriation of technique and imagination, in addition to another cosmoperception to apprehend the micromaterial dynamics involved in algorithmic modulations, in order to collectively fictionalize decolonial agencies, which do not reproduce violent and oppressive hierarchies, and that can offer us new possibilities of worlds, in a techno(necro)biopolitical context.

Keywords

cosmoperception, socio-technical imagery, xenofeminism

Introdução: por uma ética hacker em tempos de capitalismo de vigilância.

Donna Haraway (2009), em o “Manifesto Ciborgue”, propõe a figura do ciborgue como uma metáfora do modo pelo qual somos constituídos e estabelecemos as relações com os outros, que se dá pela confusão das fronteiras e pela responsabilidade em sua construção. Esta imagem problematiza a racionalidade ocidental, e nos apresenta modos de vida a partir de um conhecimento construído semioticamente e materialmente em redes, além de nos auxiliar a questionar pressupostos essencialistas sobre o corpo e outras categorias fixas modernas.

Tal figura evidencia que a neutralidade tecnológica e a científica não existem, e que estas carregam consigo os valores, interesses e funcionalidades específicas desde sua emergência. Por conseguinte, não seria diferente com as forças desejanças que operam também nas camadas virtuais da realidade social. As tecnopolíticas¹ que atuam nas plataformas digitais nos subjetivam e objetivam sem cessar, a partir da racionalidade algorítmica e seus vieses, que são historicamente constituídos por uma hegemonia de parâmetros coloniais, e como um de seus efeitos, tendem a fortalecer desigualdades, interesses privados, valores neoliberais e assimetrias opressoras de diferenças.

1 Um território de disputa entre múltiplas camadas de forças e atores. Tanto o desenvolvimento de novas formas de vigilância e controle quanto a experimentação de resistências e subversões que dialogam com elas formam aquilo que chamamos de “tecnopolíticas” (BRUNO, CARDOSO, KANASHIRO, GUILHON, MELGAÇO, p.7, 2018).

Conforme Shoshana Zuboff (2019) é também através das dinâmicas das plataformas digitais que as máquinas agenciam e nos modulam, a partir da apropriação de nossos dados para a produção de desejos diversos, alinhados a interesse de corporações que imperam nos meios digitais. Tais agenciamentos e interesses, conforme Mark Fisher (2016), ampliam a produção desejante de um futuro com os modos de sociabilidade e territorialidades desintegradas. Esse movimento de captura, nos dias de hoje está diretamente subordinado ao capitalismo de vigilância², junto de outras camadas de fluxos que vão se sobrepondo e sob as quais nos disponibilizam pouco conhecimento de seu funcionamento.

No contexto brasileiro, muitas questões relacionadas à utilização de tecnologias de vigilância, como por exemplo, o reconhecimento facial³ para segurança pública, a invisibilização de certos discursos nas plataformas digitais, assim como a epistemologia que opera em conjunção com certas ferramentas nos ambientes digitais se apresentam como “medidas de segurança” que expressam o racismo algorítmico⁴; outro efeito dessa trama digital são os algoritmos de predição de comportamentos, que através de nossos rastros digitais e reconhecimento das emoções, prometem produzir verdades sobre como nos sentimos por meio de expressões faciais, comportamentos, traços de personalidades oriundos, por exemplo, de likes no Facebook⁵ e interações em outras plataformas. Problemáticas como essas nos convidam a refletir em como manejar os conflitos sob nossos dados em permanente coletividade, com a devida proteção, e também uma produção desejante de sujeitos/agentes que resistam, de diferentes maneiras, aos processos de subjetivação neoliberais, que ameaçam diluir os pilares de sociedades ditas

2 “Nova lógica de acumulação, profundamente intencional” (...) “capitalismo de informação que procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (ZUBOFF, p. 18, 2018).

3 90,5% dos presos por reconhecimento facial no Brasil são negros. A Rede de Observatórios da Segurança lançou dados sobre as prisões baseadas em reconhecimento facial, Bahia lidera o número de abordagens e prisões. SILVA, Tarcízio. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. Blog do Tarcízio Silva, 2020. Disponível em: <<http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 22 de mai. 2021.

4 No texto, será abordado como uma das “ferramentas” a psicometria, dentre outras. Tais instrumentos, quando aplicadas a partir de discursos de ciências psis, tendem a reforçar assimetrias sociais já postas com reduções e determinismos acerca do comportamento humano.

5 Facebook emerge de interesses misóginos de comparação entre as alunas de uma universidade estadunidense. É uma plataforma majoritariamente composta por homens brancos e cisheteronormativos.

democráticas e intensificar o cancelamento de futuros em uma datatificação⁶ (VAN DIJCK, 2014) integral da vida.

Nessa sequência, nos questionamos: como podemos criar sentidos em que, a partir de perspectivas que nos aproximem da produção anticolonial de códigos abertos e de alianças, possam reverberar agências que afirmem a diferença não colonial. Como intervir nas plataformas digitais a partir de sentidos mais permeáveis para aqueles que, para além de seus perfis de usuários de aplicativos, também estão a construir as mesmas, de modo ativo, implicado e responsável em sua criação? Ampliar as possibilidades de compreensões é também uma luta que se refere à produção de uma ética hacker, anticolonial e relacional de mundos.

Com a contribuição das pensadoras aqui citadas, acredita-se que para essa ação é necessário pensar a noção de humano a partir de uma abolição das bases eurocêntricas, em conjunto com as outras agências alienígenas e complexas, pois, pensar as epistemologias a partir de novos possíveis pode nos servir como potentes estratégias frente à ampliação do colonialismo de dados e à dissolução de direitos, assim como dos espaços públicos.

Desse modo, tensionar tais lógicas e produzir novos trajetos tecnopolíticos é fundamental para vir a fertilizar novas conexões ao desenvolver outros processos cognitivos inventivos, que sejam capazes de possibilitar múltiplas decomposições, composições e recomposições. Fazer alianças com outras espécies, com aquelas e aqueles que estão para além do enquadramento humano colonial, com as tecnologias, com aquilo que nos é estranho, ressignificar a realidade com outras cosmopercepções⁷ emergem

6 O termo/ferramenta Big Data, de acordo com Van Dijck (2014), surge no final do séc. XX para se referir à quantidade cada vez mais crescente e não estruturada de dados, gerados a cada segundo. Nos dias de hoje, diz respeito à capacidade de armazenamento e de processamento de um número imensurável de informações distintas entre si, e é utilizado pelo marketing para analisar cada perfil e direcionar/produzir as preferências dos usuários. Assim, a “datatificação” para Van Dijck (2014), emerge como uma estratégia promissora para a administração pública e seu controle, que passam a predizer comportamentos com o objetivo central de gerar lucros. Porém deve-se tomar cuidado com os absolutismos numéricos, que desconhecem as histórias e narrativas envolvidas nesses processos.

7 Oyèronke Oyewùmí (2017, p.39) ao debruçar-se sobre as discussões de gênero na sociedade Yorubá, coloca em discussão os sentidos e percepções do corpo no processo de compreensão do mundo, questionando, portanto, o conceito de “cosmovisão” do Ocidente que privilegia o a dimensão da visão, e apresenta o conceito cosmopercepção ou cosmosensação marcando as culturas que privilegiam outros sentidos ou uma combinação deles. Assim, cosmopercepção ou cosmosensação constitui-se como uma alternativa com maior abertura para descrever a concepção de mundo por parte de diferentes grupos culturais.

como estratégias de rupturas, disposições e enfrentamentos em tempos de tecno(necro)biopoder⁸, capitalismo de vigilância, capitalismo cognitivo, etc., assim como apropriar-se de discursos e de novos rearranjos com as tecnologias enquanto potências políticas, de lutas e de produções/destruições permanentes de realidades.

A digitalização da plataforma moderno-colonial.

A epistemologia dessa imensa dataficação, de acordo com Paola Ricaurte (2019) é uma evolução do paradigma positivista que se baseia em três suposições: 1) que os dados refletem a realidade; 2) a análise desses dados pode gerar um conhecimento valioso e preciso e 3) análise dos dados aperfeiçoa as decisões sobre o mundo. Isto é, são operações produtoras de realidades e de verdades “objetivas”. De acordo com a autora, essas operações amplificam as formas históricas de colonização por meio de um complexo arranjo de práticas, materialidades, territórios, corpos e subjetividades. Desse modo, essas epistemologias devem ser entendidas como expressão da colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) que acontece através da violenta imposição de modos de existência, que por sua vez dispensam a pluriversidade de mundos e percepções alternativas, para afirmar a visão antropocêntrica que intensifica um horizonte planetário em desproporção.

Quando das invasões dos continentes Americano e Africano durante os séculos XV e XVI vimos a formação de uma política narrativa de mundo que afirmou uma desterritorialização das singularidades e sua reinscrição em uma plataforma numérica que formalizou e homogeneizou os acontecimentos no mundo em representações matemático-financeiras passíveis de replicação, generalização, comparação-tradução, hierarquização, objetificação, etc.. Temos, assim, por meio do mercantilismo-capitalismo e da filosofia

8 O conceito de biopoder, desenvolvido por Michel Foucault (2008) caracteriza a passagem do poder soberano sobre o fazer morrer dos corpos, para administração do fazer viver das populações. No entanto, quando pensamos o contexto brasileiro, o conceito de Necropoder, ou ainda Necropolítica, desenvolvidos por Achille Mbembe (2011), adotam diferentes tipos de crueldade. Não se trata apenas de administrar a vida, mas também a morte (ou ainda, a própria morte já está embutida na proteção das vidas, pois afinal, quais vidas? Isso é dizer que a violência é intrínseca aos aparatos proteção social monárquico e/ou estatais, e que existe um interesse implícito sobre quais vidas merecem ser vividas nas ações dessas instituições históricas). E essa lógica acontece em lugares onde se tem licença para matar e deixar morrer, lugares subalternizados com uma densidade negra e/ou nativos (favelas, quilombos, territórios indígenas, comunidades periféricas). Esses conceitos se referem a política da morte adaptada pelo Estado, onde ela é a regra e é atualmente sustentada no Ocidente pelo sistema capitalista. Desse modo, ao pensar o biopoder, acrescentamos o “necro”, como tecno(necro)biopoder, para assim nos referirmos a trama colonial da morte, constituintes também desses sistemas de relações tecnopolíticos no contemporâneo.

moderno-iluminista a emergência desta plataforma global epistêmica, política, econômica denominada muitas vezes como modernidade colonial.

No âmbito da mercantilização de tudo e todos em cifras pelo comutador universal do capital (DELEUZE; GUATTARI, 2010), vimos a extração e sequestro de pessoas, fauna, flora e minérios dos continentes invadidos e sua inscrição em um mercado atlântico que as/ os objetificava. Um processo de desterritorialização dos corpos-singularidades e reterritorialização destes em cifras, por meio de transações comerciais que promoveram a escravização-genocídio de populações africanas e indígenas, a escavação de minas que fizeram sumir montanhas, a instauração de monoculturas que devastaram espécimes locais e os substituíram por uma paisagem monocórdica na qual foram desenvolvidos processos de exploração massivos segundo o modelo das plantations (MBEMBE, 2014).

No âmbito da filosofia moderno-iluminista, acontece a construção de uma plataforma epistêmica geométrico-matemática de formalização do mundo em uma tentativa de extrair das singularidades as suas generalidades-universalidades a partir do imperativo maximizar as práticas de previsão e controle, desde uma perspectiva do conhecimento como forma de governo e dominação: saber é poder (DESCARTES, 1999; BACON, 1999). Neste contexto o iluminismo (MBEMBE, 2014) irá construir sua narrativa de uma humanidade pretensamente comum a todos, mas inscrita em uma eurocentralidade a partir da qual todas as demais populações eram medidas e julgadas: a humanidade iluminista, assim, erige um ponto comum que serve não para a promoção de igualdade, mas sim para a instauração de hierarquias desiguais desde uma perspectiva racista, misógina, cisheteronormativa, capacitista, entre outras.

A constituição desta plataforma moderno-colonial global baseada na formalização numérica do mundo é constituída, assim, da articulação sinérgica entre as práticas capitalísticas de mercantilização-fetichização em cifras e as práticas moderno-iluministas de matematizar e classificar para estabelecer hierarquias e práticas de governo-domínio. Tais práticas formalizadoras se fazem presentes tanto nas estratégias do biopoder disciplinares⁹ (FOUCAULT, 2008b), biopolíticas¹⁰ (FOUCAULT, 2008), e de Controle¹¹

9 As estratégias disciplinares dependem da formalização moderno-colonial para homogeneizar acontecimentos em objetos gerais, pretensamente universais, que servem de tipologia classificatória para suas máquinas anatomopolíticas de conformação dos espaços, corpos, gestos, tempos.

10 As estratégias biopolíticas são intimamente dependentes da possibilidade de formalização numérica, posto que a própria emergência do objeto populacional decorre da tradução numérica dos eventos do mundo e seu tratamento estatístico em um campo de probabilidades.

11 As estratégias de Controle são uma derivação das tecnologias biopolíticas e sua operação modulatória flexível a céu aberto, prescindindo das instituições disciplinares e suas lógicas centrípetas-totais focadas em modelos, padrões e na obediência a tais delimitações por meio de exercícios e coações. Há no Controle

(DELEUZE, 1992) quanto na modulação destes pela lógica do necropoder e pelas tecnologias necropolíticas. A emergência de estratégias de governo biopolíticas e necropolíticas (MBEMBE, 2011) são nítidos exemplos das tramas alterocidas¹² e objetificantes (MBEMBE, 2014) instauradas por tal plataforma moderno-colonial e suas políticas de narrar ao mundo.

E é a partir da variação de tal plataforma mercantil-matemática do capitalismo e sua filosofia moderno-iluminista que se dá a emergência, no século XXI, das plataformas digitais e sua formalização de tudo e todos em uma linguagem numérica computacional feita de zeros e uns. Trata-se de um incremento vertiginoso da capacidade de formalização numérica do mundo em dados passíveis de uma compreensão voltada para o incremento da previsão, do controle, do lucro e da reiteração das práticas de hierarquização e subalternização vigentes desde os primeiros movimentos de formação desta plataforma moderno-colonial. Se antes se fazia necessário um laborioso e complexo processo de registro dos eventos do mundo e sua tradução-formalização numérica para ser capaz de produzir ferramentas de previsão e controle, com a digitalização das relações, praticamente todo e qualquer gesto se dá já em um meio numérico passível de cálculo probabilístico.

Com a cultura de rede que surgiu junto com a web, Tarcízio Silva (2020) nos diz surgiram interpretações inocentes e cínicas que convergiram publicamente a acreditar ou defender que a abundância na geração de dados e a capacidade computacional para analisá-los levariam ao fortalecimento da produção democrática de conhecimento sobre as questões públicas. Segundo o autor, ocorreu o contrário: um aprofundamento do abismo entre “cidadãos comuns” e empresas que concentram exponencialmente não só as informações e sua capacidade de interpretação analítica, mas também a aplicação de

especial atenção ao campo do desejo, do consumo, do marketing: implicar ativamente o sujeito e seu desejo nos processos de governamentalidade se torna uma ferramenta ainda mais relevante na produção dos dados e condução das condutas. A possibilidade da formalização do desejo, da cognição, das emoções, etc. se faz, aqui, um elemento de grande relevância para compreendermos a emergência das plataformas digitais como partes integrantes da plataforma moderno-colonial e suas operações de formalização massivas.

12 As dinâmicas alterocidas emergem com a plataforma moderno-colonial e sua instauração de um ponto de referência tornado indevidamente universal e absoluto, a partir do qual toda alteridade, toda diferença é sentida e inteligibilizada enquanto ameaça, inimizada, possibilidade de morte e, fortemente, objeto passível de exploração. Tais dinâmicas são uma parte relevante das operações das tecnologias de governo moduladas desde a lógica do necropoder, em especial, evidentemente, da necropolítica. Deste modo, a relação das estratégias de governo com a formalização moderno-colonial anteriormente explicitada, faz-se ainda mais relevante quando falamos da necropolítica e sua modulação de uma produção da morte biológica, social, simbólica, etc.

conhecimento operacionalizado na concentração de capitais e o esfacelamento das instituições públicas.

Isto é, a emergência de tal trama digital se deu em acordo com as lógicas da plataforma moderno-colonial e sua lógica da cisão hierárquica entre experts e leigos, assim como em seu imperativo de que saber é poder na luta pelo domínio, exploração e objetificação crescente das vidas em uma dinâmica tanto biopolítica quanto necropolítica de maximização da capacidade de previsão-controle e dos lucros. A reiteração desta lógica que divide-hierarquiza o mundo entre especialistas-agentes-proprietários e aqueles que são por estes objetificados em tabelas, cifras, números, dentre outros, nos leva, hoje, a uma estrutura mais ampla da chamada digitalização, caracterizada por plataformas, pela inteligência artificial, infraestruturas e serviços em nuvem amplamente opacos.

Para Shoshana Zuboff (2019), os designs, a arquitetura e as intervenções das plataformas digitais comandadas pelos grandes capitalistas atuam a partir de uma lógica positivista de controle e previsão probabilísticos ao modo daquela presente, por exemplo, na análise comportamental do behaviorismo radical. Podemos reforçar que, como veremos na sessão seguinte do artigo, mais do que encontrar articulação com uma escola específica da psicologia, tais plataformas digitais e seus algoritmos do capitalismo de vigilância dialogam com uma certa episteme-política própria da modernidade colonial e suas práticas de subalternização, objetificação, exploração, a partir de hierarquias constituídas por, entre outros fatores, alienações de acesso aos meios de produção e às modulações das redes científicas e sociotécnicas, instaurando uma pretensa autoridade e legitimidade da centralidade ocupada por proprietários e especialistas em tais plataformas.

Em seu artigo “Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação” (ZUBOFF, 2018), a autora analisa precisamente como o uso do big data por corporações instituem uma nova lógica de acumulação de capital. Nessa dinâmica, o valor está na extração e mercantilização dos dados¹³ para empresas privadas e/ou governamentais. Essa acumulação intencional e com importantes consequências que a autora chama de Capitalismo de Vigilância, é uma arquitetura que faz com que o estilo de vida moderna seja totalmente dependente desta, que modifica completamente as relações humanas, e do mesmo modo, a produção desejante na (re)produção do social. Shoshana Zuboff (2018) nos diz que “o big data é o componente fundamental dessa lógica

13 Dados são cliques, acessos, tempos de tela, gostos, dentre outros rastros de interações digitais.

de acumulação, em que o papel fundamental dessa ferramenta é prever e modificar o comportamento humano, com o objetivo de produzir receitas preditivas e controle de mercado” (2018, p.18).

A autora aponta que grandes empresas, como Google, Facebook, Amazon, Microsoft capitalizam os dados de modo obscuro e ubíquo, e que por muitas vezes, essas corporações saem ilesas dessas práticas e/ou com muitas ínfimas comparadas aos seus lucros. O posicionamento ético diante das devidas regulamentações¹⁴ dessa datatificação sem precedência no Brasil deve estar atento a essas precariedades de aprofundamento reflexivo das dimensões implicadas nesses processos. No entanto, por essas discussões serem incipientes e em processo, grandes empresas atuam entre as fronteiras nebulosas dos direitos digitais com facilidade. Assim, com a emergência das plataformas digitais e seu governo pelos algoritmos, acontece a constituição de uma nova camada na plataforma colonial capitalístico-iluminista em suas operações de formalização numérica para maximizar seu ímpeto de previsão, controle e lucro por meio da exploração-objetificação daquelas/es que são os subalternizados nessa lógica.

A psicologia como ferramenta do colonialismo de dados:

A crescente complexificação das tecnologias de governo da plataforma moderno-colonial fez com que, desde o final do século XIX e início do XX, diferentes ferramentas fossem testadas e introduzidas para afirmar ou criticar a dita existência de uma “engenharia da alma”¹⁵. A comunicação, a propaganda e os saberes psis, sobretudo, tiveram papéis fundamentais na constituição de conhecimentos sobre como tornar os humanos governáveis e influenciáveis. Michel Foucault (1972) e Nikolas Rose (2011) mostram como esses saberes foram decisivos na produção de técnicas de influência e modificação de comportamentos, assim como o modo pelo qual fomos aprendendo a nos perceber em relação aos ditos “anormais” no Ocidente.

14 A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Nº13.709, que tem passado por revisões, “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.” site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm acesso em: 28/11/2020.

15 É um termo usado ao longo da história, principalmente nas ciências psis, e que emerge em diferentes contextos aplicados a diversas abordagens. Essa “engenharia da alma” diz respeito a um modo de produzir conhecimento e comportamento associados às diferentes áreas junto da comunicação e de tecnologias. Nikolas Rose (2011) aborda essas problemáticas e vai mostrando como essa administração das subjetividades se torna uma tarefa central das organizações modernas.

A psicologia possui uma gama de teorias, metodologias e abordagens que não se comunicam, e que por vezes entram em embates pela capacidade de “legislar” sobre a subjetividade humana. O aspecto plural dessa área, desde seus primórdios, traz consigo a interdisciplinaridade como uma forma de produção dos saberes e das técnicas. Ressalta-se que na maioria das suas escolas efetua uma forma de pensar e intervir individualizante: frequências ou probabilidades de comportamentos, crenças, atitudes emocionais perante algo, experiências de bem-estar, capacidades de adaptação resiliente, estratégias de gestão do stress, etc., servindo, muitas vezes, à psicologização de diferentes especialidades do saber e seus dispositivos sociotécnicos. Nessas associações da psicologia com outras áreas do conhecimento e do governo, ela se constitui enquanto uma área ampla e diversa em ferramentas, pois ela cria as condições, através de vocabulários para a descrição do mundo e produção de técnicas de inscrever subjetividades em um campo formalizado, e muitas vezes, como o registro numérico em gráficos, tabelas, questionários, escalas, testes, dentre outras diferentes modalidades de produzir o “subjetivo” no “objetivo”. Por esse caráter diversificado, no decorrer da história esses saberes se associaram a diferentes regimes, instituições e setores.

Nesses termos, esse ramo se apresenta também como um saber experimental, pois traz a tonalidade de experimentos de produção de conhecimento e de regimes de “verdades psicológicas” sobre as pessoas. Seja em forma de testes, de levantamentos estatísticos e/ou de experimentos controlados, a psicologia cria diversos tipos de linguagens para “entender” (e produzir) os sujeitos por meio de formalizações matemáticas as quais facilitam os processos de generalização e replicação das tecnologias de governo. Essas produções de técnicas de subjetivação foram importantes para os modelos de conduzir as condutas, de influenciar e de modificar comportamentos no contexto da modernidade-colonialidade, especialmente em suas modulações disciplinares e biopolíticas, que serviram para justificar inúmeras práticas necropolíticas por meio de dispositivos produtores de infâmia alterocida.

Uma das linhas constitutivas da história pregressa da psicometria enquanto ferramenta de saber/poder psi estreitamente articulada às tecnologias coloniais é a inaugurada por Francis Galton (1822-1911): por meio do seu Laboratório de Antropometria, pretendia efetuar o registro de dados referentes a características físicas e mentais dos sujeitos para que, por meio de tratamento experimental e estatístico, que tornou possível permitir a hierarquização entre linhagens de ascendência hereditária, e consequentemente, afirmar a possibilidade de “melhoramento” da humanidade por meio

do cálculo e planificação das relações reprodutivas. Individualizando questões sociais relacionadas às condições sanitárias e educacionais, tal empreitada reiterou as lógicas racistas já presentes na plataforma colonial: Galton fundou a psicometria e criou o termo Eugenia (CONT, 2008; CUNHA; CARVALHO, 2015), que definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Esse autor deu início a uma tradição sobre o “aprimoramento racial”, como uma ciência do aperfeiçoamento da espécie humana. Desde a produção teórica científica de ideais racistas, seus efeitos e consequências passaram a proliferar em diversas partes do mundo¹⁶, ainda que em diferentes roupagens.

O perfil do humano idealizado pelas teorias de Galton reiteraram o racismo colonial próprio da modernidade: mobilizaram o nazismo, sistemas políticos e epistemológicos que “legitimaram” o colonialismo e a dominação de humanos sob outros. A noção de raça nesses termos emerge como dispositivo de inteligibilização, dominação, controle e opressão social. E as intenções de mensurar e quantificar a personalidade humana, se apresentam como formas sofisticadas e contemporâneas de (re)produzir hierarquias. Deste modo, Kant inscreve uma noção de humanidade que assume o homem europeu como medida do universal, Darwin inscreve uma plataforma da vida na qual assume a humanidade como ápice da evolução e seu primo Galton articula ambas em uma plataforma racista das medidas intelectuais humanas: iluminismo, antropocentrismo e eurocentrismo unidos em um projeto colonial racista de exploração econômica, apoiado também, na constituição das ciências psicológicas.

Ainda que nos pareçam anacrônicas, tais noções formalizadas e inscritas em plataformas de medidas gerais, de cunhos racista e eugenista, como a ideia de universalidade de um tipo ideal humano e a redução de complexas questões sociais a características individuais, são retomadas em nossos dias em ferramentas algorítmicas com a suposta neutralidade e objetividade em seus discursos. Tanto os instrumentos psicométricos quanto diferentes teorias da psicologia embasam, neste momento, a

16 O primeiro Congresso Brasileiro de Eugénismo foi realizado no Rio de Janeiro, em 1929. Um dos temas abordado era "O Problema Eugênico da Migração". O Boletim de Eugénismo propunha a exclusão de todas as imigrações não-brancas. Em março de 1931 foi criada a Comissão Central de Eugénismo. Os objetivos desta Comissão eram: manter o interesse do estudo de questões eugenistas no país; difundir o ideal de regeneração física, psíquica e moral do homem; prestigiar e auxiliar as iniciativas científicas ou humanitárias de caráter eugenista que sejam dignas de consideração.

transformação dos nossos afetos, crenças, personalidades, comportamentos, dentre outros, em dados e viabilizam sua exploração enquanto práticas de consumo ou afins.

A psicomетria, assim, não apenas foi relevante na constituição da plataforma moderno-colonial, mas também é uma das tecnologias que compõem as plataformas digitais e o capitalismo de vigilância. Essa área, alia o uso de métricas ao conhecimento psicológico, no objetivo de estabelecer medidas e traços relacionados à uma suposta personalidade dos usuários. A psicomетria atua na análise da base de dados para (re)criar padrões, e um programa que realiza previsões ao concatenar perfis que sejam reconhecidos pela ferramenta como dotadas de similaridades. Assim, os dados e os rastros digitais combinados com métodos psicométricos poderiam “demonstrar” características e traços de personalidade das pessoas, e na atual conjuntura de vigilância, as propagandas seriam direcionadas de acordo com esses supostos perfis e interesses preditivos. Um dos investimentos que teve destaque no processo de tornar esses dados psíquicos e emocionais em ativo político foram pesquisas científicas coordenadas por David Stillwell e Michael Kosinski¹⁷, vinculados à Universidade de Cambridge.

Nas plataformas digitais, a psicomетria atua a partir dos seus instrumentos-teorias, como o “Big Five¹⁸”, que possui quatro pilares principais: a 1) hipótese lexical: em que palavras expressam as características da personalidade, realizada através da análise da linguagem, ou seja, o modo como as pessoas usam para descrever a si mesma e/ou a outros; 2) baseada no empirismo léxico: análise empírica de como as pessoas se descreviam; 3) análise fatorial: conjunto de dados, correlação de um grande número de dados, agrupamentos de adjetivo, para chegar ao menor número de fatores possíveis; e 4) a universalidade: afirmar todas as culturas têm esses cinco fatores fundamentais. Assim, compõem “Os Cinco Grandes” a abertura (constructo referente ao grau de abertura para novas experiências), a conscienciosidade (quão perfeccionista você é), a extroversão (se você é sociável), a afabilidade (como você é atencioso e cooperativo) e a neuroticidade (se você se aborrece facilmente). Com base nessas dimensões, o Big 5 se torna uma das

17 Michael Kosinski é um professor associado em comportamento organizacional na Stanford University Graduate School of Business, onde realiza estudos sobre humanos em ambientes digitais usando métodos computacionais de ponta, IA e big data. Mais informações sobre suas pesquisas em: <https://www.michalkosinski.com/>

18 O modelo Big Five, também chamado de Five Factor Model, que emerge em 1930, e que posteriormente passou por atualizações e reformulações, é dito hoje como um dos mais importantes modelos para a explicação da personalidade humana, definido a mesma como uma rede hierárquica de traços, compreendidos teoricamente como predisposições comportamentais de respostas às situações da vida (GOMES, GOLINO, 2012).

principais técnicas aliadas da psicométrica ao dizer que é possível fazer uma avaliação precisa do tipo de pessoa.

No ano de 2013, foi realizada a primeira publicação científica¹⁹ que defendeu a ideia de que a análise da relação dos likes de uma pessoa no Facebook com a psicométrica, possibilitaria fazer previsões precisas em relação à personalidade dos usuários dessa rede social. A pesquisa argumenta que os comportamentos na plataforma podem ser usados para prever de forma automática e precisa uma variedade de atributos pessoais altamente sensíveis, que incluem os pontos de vista religiosos e políticos, a orientação sexual, a etnia, ao uso de substâncias os traços de personalidade, inteligência, felicidade, a separação dos pais, idade e sexo (KOSINSKI, STILLWELL, GRAEPEL, 2013). Ou seja, um estudo que afirma que “você é o que você curte”²⁰.

Retomando elementos da antropometria mais distantes do campo da psicométrica tradicional, Michael Kosinski e sua equipe, defendem em um artigo intitulado “Deep neural networks are more accurate than humans at detecting sexual orientation from facial images”, publicado em 2018, que um algoritmo pode detectar com precisão a orientação sexual das pessoas, apenas com base em imagem faciais. No estudo, é argumentado que as diferenças entre os rostos de pessoas gays e heterossexuais eram consistentes com as teorias “aceitáveis” que explicam as origens da orientação sexual. Os autores ainda nos dizem que uma replicação do estudo “confirmou” que a orientação sexual pode ser prevista a partir desse método de análise.

Outro exemplo de ferramenta de mensuração da resposta humana e sua velocidade é desenvolvido e aplicado pela empresa a Realeyes²¹. Essa organização vende para aplicações comerciais a medição das emoções, das afeições e também seu rastreamento em várias escalas. Em suas mídias digitais, a empresa se autoproclama como a pioneira na “inteligência de conteúdo” para medir emoção, atenção, taxa de visualização de vídeos e imagens instantâneas em um largo conteúdo digital. A empresa tem como

19 A publicação mencionada que apresenta a hipótese que vincula os likes no facebook com a personalidade do usuário: Digital records of behavior expose personal traits. Michal Kosinski, David Stillwell, Thore Graepel. Proceedings of the National Academy of Sciences Apr 2013, 110 (15) 5802-5805; DOI: 10.1073/pnas.1218772110

20 Os estudos psicométricos relacionados aos comportamentos no facebook e com os dados digitais privados, foram usados para prever e produzir comportamentos desejáveis em determinados perfis de grupos de eleitores nas eleições dos EUA em 2016, assim como a coleta de dados também de usuários brasileiros, através de um teste de personalidade para obter as informações daqueles que responderam ao teste gratuitamente, e também de seus amigos na plataforma, sem sua permissão. Desde então, essas ações evidenciam mais um risco posto por plataformas digitais privadas, enfrentadas pelos “países democráticos”.

21 A Realeys se intitula como a melhor plataforma de inteligência artificial de emoção do mundo, ao medir a resposta humana na velocidade e escala da IA. Site oficial da empresa: <https://www.realeyesit.com/>

objetivo incorporar a resposta humana à Inteligência Artificial para “garantir” um melhor envolvimento do conteúdo de seus clientes com o público-alvo.

O modelo que essa empresa trabalha é o da teoria da universalidade das emoções, criado pelo psicólogo Paul Ekman (1972). Através de pesquisas em diferentes partes do mundo, Ekman (1972) defende que existem sete emoções universais que são expressas pelo mesmo display facial; e o autor também trabalha com estudos sobre a existência de micro expressões faciais, que ocorrem quando se “tenta” suprimir uma emoção. Esse modelo, baseado em uma psicologia evolutiva, define as expressões culturais como universais por meio de processos evolutivos pelos quais a espécie humana foi desenvolvendo para se comunicar.

Esses pressupostos que embasam a ferramenta Facial Action Coding System²² (FACS) é um sistema para taxonomizar expressões faciais humanas, originalmente desenvolvido por Paul Ekman e Wallace Friesen em 1976, e que no século 21 passou por algumas “atualizações”. Hoje em dia, a FACS é um instrumento que quantifica as expressões, produz uma taxonomia a partir dos músculos, identifica e os torna detectáveis como ação, a partir da hipótese, que cada unidade de ação corresponde à contenção de um músculo facial distinto, ou agrupamento visível nesse conjunto facial, e descreve a intensidade desses movimentos. O autor defende que esse processo universalista do desenvolvimento da expressão facial, expressa as sete “categorias universais”, independente de cultura, local e etnia. Além da pretensão de imparcialidade de maior eficácia e de não julgamento, essas ferramentas são apresentadas como poderosas em detectar a partir das sete categorias a produção de porcentagens.

Mas não são apenas instrumentos psicométricos e antropométricos que servem para formalizar emoções, desejos, propensões de comportamento, dentre outras, nas atuais tecnologias de previsão-controle objetificantes e maximizadoras de lucro-exploração nas plataformas digitais. Para Shoshana Zuboff (2019) essa nova arquitetura do capitalismo é sem precedentes: estamos atravessados por uma conjuntura que digitaliza, monitora, computa e realiza modificação comportamental através de condicionamentos operantes reforçadores do engajamento digital. Tal mecanismo de previsão-controle seria, para a autora, constituído a partir das tecnologias de modelagem

22 No site de Paul Ekman, é possível encontrar uma linha do tempo sobre as realizações de suas pesquisas sobre expressões faciais e seus atuais escritos. Acesso em: <https://www.paulekman.com/about/paul-ekman/>

comportamental erigidas pelo behaviorismo radical²³. Para a autora, aquilo que o Skinner imaginou como modelo de sujeito social, o capitalismo de vigilância, a indiferença neoliberal e a ciência de dados colocaram em prática.

O pragmatismo ontológico e o funcionalismo epistêmico e ético presente em tal perspectiva pode realmente articular-se quando o objetivo é o incremento na frequência de emissão de certo comportamento: o condicionamento operante depende de sermos capazes de divisar no ambiente quais são os estímulos reforçadores (que aumentam a frequência) de certos comportamentos em cada sujeito, pois o que as respostas que podem ser reforço para um, podem ser punição ou indiferentes para outras pessoas, tudo dependendo da sua própria trajetória de sistemas de condicionamento. Assim, tal perspectiva do condicionamento operante pode ofertar relevantes ferramentas para o incremento do engajamento digital ou do ato de consumir, sendo ambos os comportamentos da maior relevância em um capitalismo que disputa pelo “espaço” na atenção, na memória e no desejo de cada pessoa. Seria através desses circuitos reforçadores a se retroalimentarem que acontece a produção e a predição de comportamentos nas plataformas digitais.

A associação destas tecnologias psicológicas com as plataformas digitais, desde perspectivas psicométricas e behavioristas operacionalizadas pelos algoritmos, eclipsa ainda mais o debate ético, moral e político sobre o manejo daquilo que está oculto nos processos constituintes da plataforma moderno-colonial. Com essa breve exposição de alguns modelos de análise comportamentais que operam no contemporâneo em plataformas digitais, aliados das agências algorítmicas, podemos visibilizar que a quantidade massiva de dados presente nas plataformas digitais permitem a objetificação científico-mercantil da personalidade e das emoções humanas: formalizar crenças, emoções, propensão a comportamentos, traços de personalidade, dentre outros, e fazer de sua posse um importante ativo econômico que pode ser negociado, nos possibilita visibilizar nitidamente de que modo esses instrumentos reforçam as estruturas sociais já existentes nas plataformas moderno-coloniais desde séculos.

A utilização dessas ferramentas tecnológicas e seus usos não são neutras. Suas expressões atuam como forma de controle social, e suas ferramentas sustentam lógicas

23 Ainda que a autora afirme o behaviorismo radical como matriz do capitalismo de vigilância, na sequência mostra-se como outros constructos de diferentes linhas de pensamentos também são fundamentais no engendramento de ferramentas no ambiente digital, como a psicomетria, a análise do comportamento, reforçando um amplo guarda-chuva científico baseado em “evidências”.

supremacistas brancas, promovendo a emergência do racismo algoritmo²⁴ em seus vieses e em suas fundamentações (SILVA, 2020). Se tais ferramentas precisam identificar características de personalidade, emoções e comportamentos, elas aprendem a partir de parâmetros coloniais para realizar tais interpretações e atingir seus objetivos.

Assim, os parâmetros coloniais de produção de realidades se apresentam tanto no modo de programar quanto no de modular o real; e os mesmos são repassados e criptografados pelas máquinas, que por sua vez possuem a competência de analisar os dados em diferentes níveis e produzir modulações como tipos de personalidades e emoções. No entanto, diante de realidades complexas e interseccionadas por múltiplas camadas, esses modelos atuam na contramão, de modos simplistas e deterministas sob as existências. Os próprios algoritmos são enviesados, pois existe uma perspectiva de mundo a partir da qual ele é construído. Já possuem sentidos e desejos que operam desde sua composição, isto é, o algoritmo são opiniões traduzidas em códigos. Portanto, não são neutros e possuem agências, que geram efeitos e impactos planetários para além dos biopsicossociais.

Para Neda Atanasoski (2019) quando nos direcionamos para a compreensão dessa “neutra” agência das tecnologias, que se direcionam rumo à automação cada vez mais acelerada e intensificada, vemos que ela carrega promessas e ameaças com recortes de gênero e raça, como mecanismos de (re)produção de uma figura liberal universalizada de ser humano. Em seu livro “Surrogate Humanity: Race, Robots and the Politics of Technological Futures”, é feita críticas às visões tecnoliberais em relação à automação como visões racializadas de uma supremacia branca. Para a autora, a celebração da Internet das Coisas e das infraestruturas smart, junto das plataformas estão diretamente atreladas a imaginários coloniais racializados.

Colonização de dados, direcionamento de condutas e processo de extração capitalista:

Sobre esses novos desdobramentos tecnoliberais, Nick Srnicek (2018) diz que no século XXI, com as mudanças nos modo de produções sociais e interesses nas tecnologias

24 Termo que dá conta dos modos pelos quais as práticas de discriminação étnico-raciais, estruturais, econômicas, políticas efetivas- são impulsionadas por tecnologias digitais e de automação criadas em uma ideologia supremacista branca no “Ocidente”, tornando ainda mais difícil sua identificação; Modo como as plataformas digitais, mídias sociais, aplicativos e inteligência artificial reproduzem (e intensificam) o racismo nas sociedades.

digitais, os dados tem se tornado cada vez mais centrais para essa lógica de acumulação capital, para as empresas e as suas relações com os trabalhadores, clientes e outros capitalistas. Srnicek (2018) diz que se instaura um novo paradigma empresarial e de produção social, e desse modo, as corporações que não adentram ao jogo de extração de dados, ficam com poucas chances de serem “bem sucedidas”.

Longe de serem pensadas de modo transparente, as plataformas digitais são empresas, entidades políticas que, segundo Benjamin Bratton (2016) se sobrepõem em nível suplementar ao sistema ligado à superfície da terra. Esses modelos oferecem funções que estabilizam implementações de ações em diferentes níveis de abstração, a partir de algoritmos pré-estabelecidos. Para o autor, a plataforma se constitui a partir de três camadas principais, a material (que se refere ao hardware), a intermediária (o sistema operacional) e a sua superfície, ou o tecido de figuras formalizadas (os aplicativos). Ou seja, com Bratton (2016) vemos que a plataforma funciona a partir de sobreposições de camadas. Imagem de camadas compostas por fluxos desterritorializantes e reterritorializantes (DELEUZE e GUATTARI, 2010), que operam concomitantemente, nas três camadas descritas, com a destruição de tradições, referências, tramas singulares para, então, reinscrevê-las em um plano sempre mais abstrato e coordenado segundo a geometria e lógica próprias da modernidade-colonialidade capitalista: no plano material vemos a extração do silício da areia e de cristais para compor semicondutores assim como a recomposição genética de seres para monoculturas de larga escala; no plano intermediário vemos a possibilidade de tradução de diferentes inputs em linguagem binária do mesmo modo que vemos a tradução do mundo em cifras hierarquizadas pelo capital; por fim, no tecido das figuras formalizadas vemos a constante reinvenção de cotidianos e desejos a partir de novas tecnologias, metas e modas a reorganizarem constantemente nossos sonhos e nossas formas de buscá-los.

Assim, podemos considerar que as plataformas se organizam através de sistemas cibernéticos de comunicação, que por sua vez alargam as possibilidades de ação dos algoritmos pré-determinados, ao passo que conduz o usuário a um afunilamento de imagens de mundo e de informações específicas, geridas tanto pelas afluências algorítmicas e preditivas de seus comportamentos, quanto produzida pelo imaginário colonial na atmosfera digital. Junto de mecanismos como big data, learn machine²⁵, entre outros, a plataforma atua como uma máquina catalisadora de desejos, produzindo ritmos

25 Learn machine ou aprendizado da máquina, é uma área da ciência da computação que permite automatizar respostas ao usuário a partir de inteligência artificial e big data.

e paisagens no movimento de abstração das camadas nas interfaces²⁶. Para Bratton (2016) a plataforma se apresenta como uma certa composição de elementos que atuam como um modelo de negócios, composta de forma fragmentada, em diferentes funções que se formalizam através de diferentes aplicativos.

Sobre esse modelo de negócios, Zuboff (2019) nos diz que isso funciona como uma apropriação da realidade, transposta em dados que pode ser direcionada conforme o interesse daqueles que recolhem os dados das plataformas. Para a autora, essa dinâmica tem dois imperativos, o primeiro é o da extração e o outro é da predição (conhecer, moldar e direcionar) de comportamentos. Os dois aspectos constituem uma dimensão ativa no capitalismo de vigilância, este que determina ações. Dessa forma, teríamos aí uma nova disposição social, de conduzir condutas e direcionar comportamentos: a governamentalidade algorítmica²⁷, isto é, essas novas formas de modelização do real, a partir de algoritmos autodidatas, reordenam as práticas estatísticas modernas e participam da emergência de novas formas de controle (ROUVROY e BERNS, 2015).

Com as TICs²⁸ cada vez mais acopladas ao dia-a-dia, junto das Internet das Coisas²⁹, mais naturalizadas elas se tornam. A internet e seus constituintes não se resumem somente ao ciberespaço; seus fluxos estão ubíquos e suas interfaces vão se tornando cada vez mais imperceptíveis, se expandindo para uma internet de tudo³⁰. Essa extração massiva recolhe os dados dos usuários e vendem a empresas, que injetam propagandas, produzem imagens de mundos e intensificação de desejos por bens de consumo financiados a crédito, ao passo que operam também por vias de uma “deslibidinização” depressiva³¹ (FISHER, 2016). Para Mark Fisher (2016), o neoliberalismo opera pela dissolução dos territórios, e nessa conjuntura, o mercado

26 Mediam as formas de conteúdo e expressão, através do aplicativo (app).

27 A governamentalidade algorítmica trabalha com a ideia de uma normatividade imanente ao próprio deslocamento e circulação dos dados, bloqueando assim, as experiências sociais e políticas com a eliminação das esferas de debates e criação do comum (TELES, 2018). Essas novas formas de modelização do real, reordenam as práticas estatísticas modernas e participam da emergência de novas formas de controle.

28 Tecnologias de Informação e Comunicação.

29. A Internet das Coisas (IoT) é uma rede de objetos relativamente autônomos cujas ações interferem diretamente nos espaços públicos, no lar ou no corpo, seja com os atuais projetos de cidades inteligentes (smart cities), casas inteligentes (smart home), ou objetos vestíveis (wearables). É uma rede na qual objetos físicos são instrumentalizados com sensores e ganham capacidades infocomunicacionais (LEMOS, MARQUES, 2019).

30 Não mais restritas as coisas, hoje a internet opera de forma ubíqua e pode conectar todas as coisas e lugares. Tende a produzir camadas sobrepostas ao infinito.

31 Essa forma negativa de produção de mundos generalizada no neoliberalismo, deslibidinizam, sobretudo a produção de uma noção de esfera pública e coletiva, em prol de um direcionamento para um envolvimento paradoxal com a sedução sutil da mercadoria (FISHER, 2016).

neoliberal atua com força na reterritorialização de territórios do tipo “ilhas”, no sentido de fragmentar e ampliar as diferenças para aqueles mundos sob os quais o não diálogo já é posto como dado.

Nesse ponto, Zuboff (2019) sugere que estaríamos, a partir dessa nova nomenclatura do capitalismo de vigilância, em uma nova colonização, isto é, uma colonização por via do direcionamento de condutas. Nick Couldry e Mejias (2019), sobre esse aspecto do colonialismo de dados e processo de extração capitalista (que se expressam na apropriação da vida humana pela conversão dos dados), sugerem que seja um novo projeto de colonização por dados, em caráter global de modo que as corporações seriam as “detentoras” de conhecimento, e estaríamos na posição de dependência desses processos, dentro da extração de valor, nos colocando frente ao paradoxo de sermos o produto e ao mesmo tempo os produtores³².

No Brasil, as grandes empresas de plataforma oferecem seus serviços, em troca, implicitamente, de dados e seus rastros digitais velados na forma de acesso gratuito. De modo obscuro, em recentes ações no atual contexto pandêmico, o governo nacional negocia a entrega de dados em massa da população às plataformas internacionais³³. Se os dados são o “petróleo do século XXI”, Sérgio Amadeu Silveira (PADILHA e FACIOLI, 2020) nos dizem que estamos sendo usurpados. E continua, ao dizer que no paradigma desse novo colonialismo, os dados atuam enquanto expressões naturais da realidade, e como qualquer recurso natural no capitalismo assume um valor e é apropriado pelas plataformas. Desse modo, o Brasil vai construindo relações na contramão de uma soberania tecnológica, reverberando o silenciamento das forças constituintes de cada território, no que diz respeito a investimentos no desenvolvimento de tecnologias próprias, inclusão digital e educação digital, de estratos construídos a partir das relações complexas com as especificidades locais.

Sobre essa nova colonização, como afirma Nick Couldry e Mejias (2019), em uma perspectiva situada podemos afirmar que não há uma “nova colonização”, pois de fato, esta nunca cessou de acontecer, seja sobre os corpos, os territórios e as produções de

32 O usuário é simultaneamente um consumidor, um recurso, um trabalhador e um produto. Essa identidade múltipla é recorrente para usuários humanos em muitos sistemas tecnológicos (CRAWFORD; JOLER, 2020).

33 Sérgio Amadeu Silveira desenvolve um argumento a partir da análise de uma pesquisa em parceria nacional, que constatou que 70% das universidades públicas e secretarias estaduais de educação no Brasil hospedam parte considerável de seus dados em grandes plataformas, como Google, Microsoft e Amazon. Para o autor, não ser capaz de cuidar dos dados cruciais para as políticas públicas educacionais do país parece ser visto como fator positivo pela mentalidade neocolonial (PADILHA, FACIOLI, 2020).

mundo. A atual estrutura material da conectividade, que historicamente foi apropriada e administrada por uma elite capitalista, se apresenta enquanto um desdobramento da colonização; e nesse sentido, o Brasil enquanto colônia europeia, na conjuntura contemporânea mantém esse status, e se (re)apresenta, de acordo com Sérgio Amadeu Silveira em uma entrevista, como uma colônia digital (PADILHA e FACIOLI, 2020), onde é realizada através da modulação e captura dos afetos, um processo de extração de valor. Para Silveira (2019), “a modulação nas plataformas digitais tem servido, principalmente, à expansão do neoliberalismo. As corporações utilizam do marketing digital para moldar nossas subjetividades e formatar nossos afetos”. E continua, “ao organizarmos nossas práticas cotidianas em torno dessas corporações, passamos de utilizadores para dependentes de suas tecnologias.” (SILVEIRA, p.47, 2019).

Assim, nos questionamos juntos dos autores, como pensar em produções coletivas de agências? Como pensar a agência em meio a essas modalidades de processos de subjetivação? Sob quais termos podemos (re)pensar o “coletivo” e qual “coletivo”³⁴, visto que vivemos uma datatificação (VAN DIJCK, 2014) da vida, conjurada em uma configuração de capitalismo de vigilância? Como podemos produzir novas ações coletivas, que possibilitem narrar os processos tecnopolíticos em meio a trama neocolonial que se reatualiza conforme a sofisticação das forças operantes hegemônicas? É possível resistir a essas lógicas supremacistas brancas que não cessam de reiterar a lógica colonial, que se reterritorializa também em territórios digitais?

Acredita-se que, como um movimento inicial na direção de outras produções de realidades, é preciso apropriar-se das materialidades e redesenhar novos sentidos para as mesmas não atrelados somente ao sentido unívoco da visão, a uma verdade absoluta, mas ao contrário, que considere as tramas afetivas cognitivas implicada nas redes sociotécnicas. Para refletir sobre a produção de uma agência descolonial que navegue no digital, se faz fundamental o debate acerca das (de)limitações dos processos coletivos e das redes sociotécnicas, pois estas, atuam em diferentes modulações e escalas.

34 Cabe ressaltar que desde a perspectiva de uma ontologia da diferença (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005) não se sustenta a dicotomia moderno-colonial entre individual e coletivo. Deste modo, em uma concepção do ser enquanto modulação de tramas em devir, mesmo quando falamos em eventos visibilizados enquanto individuais e/ ou privativos, sempre abordaremos uma certa modulação do coletivo, neste caso, desde processos de individualização. Tal concepção de coletivo nos implica de um modo ainda mais intenso e complexo sobre a dimensão política das nossas vidas.

Por uma ética hacker e anticolonial: pensando uma agência (xeno)descolonial nas plataformas digitais

No “Manifesto Xenofeminista³⁵: por uma política da alienação”, publicado em 2015, é feito um chamado para um uso estratégico das tecnologias existentes como um modo de re-desenhar o mundo, visto que estas ferramentas implicam certos riscos e podem ser propensas a intensificação das assimetrias, ao abuso e exploração. Nesse sentido, o Xenofeminismo advoga pela necessidade de unir interfaces tecnopolíticas que respondam a esses riscos (HESTER, 2018). Isto é, acredita-se que a inovação tecnocientífica deve se enlaçar com um pensamento teórico e político coletivo no qual a multiplicidade de existências tenham um papel fundamental, pois essas transformações de complexidade global abrem demandas éticas e cognitivas urgentes. Ou seja, o Xenofeminismo se empenha em encarar essas responsabilidades como agentes coletivos capazes de fazer posições entre múltiplos níveis de organização política, material e conceitual (HESTER, 2018).

Visto que há uma variedade de desafios especificamente relacionados com a vida na era digital, o manifesto aponta que se torna imperativo o desenvolvimento de uma infraestrutura ideológica que suporte tanto quanto facilite intervenções dentro de uma rede de elementos, sejam eles na modalidade de cultivo da liberdade, a autodefesa digital e a libertação das redes patriarcais e racistas. Nesse sentido, conforme nos diz Helen Hester (2018) o manifesto emerge com a proposta de nos encorajar a se equipar com as habilidades para reestruturar tecnologias existentes e inventar ferramentas materiais e cognitivas novas ao serviço de fins comuns, pois somente “dispensar” a maquinaria capitalista não fará com que ela desapareça.

Sobre a tecnociência, assim como Donna Haraway (2009), as Xenofeministas afirmam que nada é tão sagrado que não possa ser reinventado e transformado para expandir as possibilidades; ou seja, assim como o ciborgue nos mostra a implosão de elementos onde as barreiras das dicotomias se borram, constituindo novos campos de produção de saber e de fazer, emergem novos corpos desse entrelaçado; e nesse ponto, as Xenofeministas reafirmam que nada é sagrado, transcendente ou protegido da vontade de saber e de modificar, então, tudo pode ser hackeado (HESTER, 2018). Hackear é produzir

35 O movimento Xenofeminista emerge de um coletivo composto por mulheres denominado LaboriaCubonics (2014), que propõe um olhar atento para as tecnopolíticas que dentre as suas diversas possibilidades, atuam principalmente na perpetuação de assimetrias sociais.

ou aplicar o abstrato da informação e expressar a possibilidade de outros mundos (MACKENZIE, 2006). A informação nesses termos é a virtualidade do material e do imaterial. A abstração, nesse sentido, produz um espaço em que a vida coletiva convive com seus próprios produtos. Hackear é um movimento que acelera a produção de novas abstrações, e os grandes hackeamentos dizem respeito a formas de organizar a livre expressão coletiva de maneira que a partir desse momento a abstração sirva ao povo, no lugar do povo servir a classe dominante. Para Wark Mckenzie (2006), é preciso “criar novos vetores de informação, inflexões que permitam uma consciência mais expandida de uma produção criativa de abstrações” (MCKENZIE, p.42, 2006). Isto é, mais do que uma mudança cultural, o que está em jogo no movimento de hackear é a produção de novos mundos e abstrações.

Entender o hackeamento nesses termos, de acordo com a autora, é a primeira luta. É impulsionar a virtualidade da informação, de se apropriar enquanto um vetor e compartilhar. Hackear é liberar a virtualidade no real. Nesse sentido, “hackear consiste em descobrir, inventar, criar e produzir” (MCKENZIE, p. 45, 2006). Dizendo de outra forma, é afirmar que as coisas podem ser reinventadas, pois a natureza é entendida aqui como uma arena ilimitada da ciência. E nesse sentido, o Xenofeminismo declara que não há nada que não possa ser estudado cientificamente e manipulado tecnologicamente. O manifesto se apresenta como uma ambiciosa plataforma que busca construir uma nova linguagem para as questões expostas pelo capitalismo, pela supremacia branca, pelo patriarcado, entre outras questões que se apresentam como problemas sistêmicos e conectados, para construir um novo mundo a partir de seus restos, tomar outros caminhos, ressignificar a tecnomaterialidade e a utilizar como trampolim (HESTER, 2018).

Desse modo, o Xenofeminismo indexa um desejo em produzir um futuro alienígena. E com o manifesto, é feita a inserção de uma topologia para forjar uma nova lógica. Ao afirmar um futuro desligado da repetição do presente, amplia-se a busca por outros espaços, de geometrias, escalas e abstrações mais férteis e abertas para o movimento desses questionamentos, sejam estes através de ferramentas digitais, em redes sociais e plataformas (REED, 2018). Para Patrícia Reed (2018) precisamos de novos instrumentos e de ações desobrigadas de identidades “naturalizadas”, pois para a autora, a forma como a natureza é entendida dentro da cultura Ocidental, tende a essencializar e fixar os corpos em identidades, mas aqui o exercício proposto é justamente outro, o de hackear e mobilizar novos sentidos impuros. Desse modo, a luta aqui é também para que a noção de “natureza” seja um terreno para ações políticas, feministas e de produção de

diagramas futuros de compreensão de infraestruturas planetárias (REED, 2018), isto é, da compreensão das escalas envolvidas nas ações, dos impactos em cada camada heterógena biopsicossocial, para redirecioná-las e produzir novos desenhos de mundos.

Por isso, pensar em outros modos de redefinir as estratégias no contexto tecnopolítico é fundamental para ressignificar esses espaços, assim como apostar em novas práticas sociais para além dos espaços digitais. Isso implica na produção de sentidos coletivos descolonizados, que se apropriem tanto das materialidades quanto da imaginação. Descolonizar nesse sentido é sobre construir novas experiências anticoloniais, despovoar-se de sentidos preconceituosos, opressores e hierárquicos produzidos pela violência total (DA SILVA, 2019), por uma política que tenha como sul a equidade das existências. A navegação nesse sentido, não é somente abstrata, ela está em relação com uma rede de atores e diferentes agências para além da noção de humano colonial. A proposta, portanto, é em como permanecer com essas questões (HARAWAY, 2019), e que estas possam vir a ser compartilhadas e ressignificadas coletivamente.

Por uma (xeno)cosmopercepção coletiva: para ir além da “cosmovisão” moderno-colonial.

A internet não é somente sobre a abstração, ela tem múltiplas camadas envolvidas materialmente, que implicam também em impactos socio-ambientais. Produzir, portanto uma nova cosmopercepção (OYEWÙMI, 2017) sobre as plataformas é sobre estar atentos às inferências dessas conexões, pois apesar da internet ser considerada um direito humano, ela não é neutra e produz desigualdades interseccionais em diversas escalas. Por isso, é preciso defender um novo manejo, para que assim possamos também nos reinventar a nós mesmos e os modos como manejamos o consumo em rede.

Nesse sentido, é urgente pensarmos em novas relações com novas sensibilidades. O conhecimento técnico, a autogestão coletiva e o autoconhecimento são bases necessárias para desenvolver uma autonomia junto das estruturas que compõem os espaços digitais (HESTER, 2018), desenvolvendo habilidades e tratando com o inesperado, com o xeno, aquilo que nos é externo, ou seja, mover as forças do fora de modo coletivo e não opressor.

Descolonizar o algoritmo é necessário, pois se hoje ele aprende partindo de premissas humanas e produz ferramentas específicas para cada função, em breve ele será direcionado para uma nova fronteira, que é criar programas mais generalistas acerca do entendimento da realidade. Uma nova cosmopercepção (OYEWÙMI, 2017) nos auxilia

nesses termos, pois ela é uma agência que parte de realidades complexas, locais, situadas, e sobretudo não hierarquizadas. Ainda que seja um desafio pensar tais questões dentro da área de programação, enquanto agentes sociais, se torna imprescindível fomentar o debate, assim como a busca pela apropriação técnica e a articulação em coletivos que pautem essas demandas, como o alfabetismo digital, estar com redes que auxiliam a ler conteúdos e entender os interesses, para que possamos navegar com mais autonomia enquanto autoproteção. Experimentar nossas sensibilidades nesses termos é sobre desenvolver possibilidades que permitam inovações adequadas para cada contexto, e que modulem ações coletivas diferentes da reiterada pelas plataformas digitais nos dias de hoje.

A partir do exposto, se enfatiza algumas questões, dentre elas em como constituir compreensões mais coletivas, em alianças nas produções de campos de sentidos, em perspectiva (xeno)descolonial nas relações (tecno)sociais? Acredita-se que como movimento inicial, é necessária a descolonização das epistemologias, das ferramentas digitais e seus usos, e principalmente dos sentidos afetivos construídos nessas relações, tanto em termos de produção de desejo, quanto em apropriação enquanto resistências nas plataformas digitais. Precisamos ir além da relação de consumo do serviço pronto, no qual assumimos um desconhecimento técnico dos automatismos e naturalizamos a inacessibilidade ao algoritmo como condição dada de dependência perante as plataformas digitais.

É preciso desenvolver sensibilidades para as materialidades constituintes desses campos: os objetos técnicos, as plataformas e a produção de desejo (dentre outros atores) nessas camadas fluidas, para um cuidado com os pluriversos de mundos e campos de sentidos implicados na especificidade dessas configurações. Partindo do fato de que o mundo digital é parte fundamental de nossas realidades cotidianas, se torna urgente políticas de democratização da constituição de tais plataformas, incrementando a diversidade e o protagonismo horizontalizado de diferentes coletivos na constituição destas. Assim, quais pontos de conexão se tornam possíveis para essas movências atreladas aos tecnoarranjos?

É possível pensarmos em modos de resistências, por exemplo, como as lutas por espaço dentro de empresas, que possam representar melhor a diversidade nos espaços de tomada de decisões, visando construir tecnologias acessíveis e equitativas, que não oprimam e não reproduzam violências. Essas modalidades de lutas sociais por representatividade são pautadas nos dias de hoje, assim como a inclusão e a

implementação de políticas públicas, visto que a “diversidade” ocupa somente 5% dessas empresas. Situar as pessoas e coletivos que produzem as tecnologias digitais, assim como promover a diversidade destes, faz parte do processo de contra-narrativa ao discurso moderno-iluminista, demonstrando a ausência de neutralidade/ universalidade na produção destas plataformas e exigindo que pensemos constantemente nas implicações políticas das suas formas e usos.

No Brasil, existem ações que lutam e fazem frente nesses debates, por exemplo, a PretaLab, que é uma plataforma de comunicação e formação coletiva de pesquisadoras negras sobre tecnologias e seus impactos sociais, que tem como pilares a visibilidade, o acesso ao conhecimento e a consultoria de diversidade corporativa, dentre outros coletivos e laboratórios no país. Espaços coletivos são fundamentais para repensarmos a própria noção de tecnologia situada, para hackear e redesenhar seus limites. Tais ações nos mostram aberturas para fazer transformações por dentro. Outro exemplo de coletivo, o Tecnogueto, empresa social de educação gratuita e tecnologia, que tem como objetivo ajudar pessoas de guetos sociais a se inserirem no mercado da tecnologia. Iniciativas como o Criptofunk, que é um evento que acontece na favela da Maré (RJ) para discutir democracia, privacidade, criptografia, tecnologias e cuidados físicos e digitais, dentre outros.

Pensar em estratégias de combate ao racismo nos algoritmos que nos modulam nas plataformas digitais envolve também a relevância da interação com diversas redes, com pessoas pretas, indígenas, dentre outras diversidades de coletivos que promovem o debate, pois assim, se produz outro tipo de entrega, visto que o algoritmo ainda se baseia na valoração de relevância dos conteúdos-redes a partir do que consumimos e por onde navegamos. Por isso precisamos interagir com outros perfis, outras realidades que desloquem o impulsionamento para outros espaços e para que possamos fortalecer coletivos e ampliar o engajamento tecnopolítico nesses espaços digitais.

Entretanto, para além de pensar tais ações no âmbito da representatividade e do uso destas/nestas redes, assim como no campo da luta pela criação de políticas públicas para ampliar a representatividade e o acesso tecnológico da população, temos que nos dedicar à promoção de novos atores na produção destas redes. Afinal, deslocamentos na representatividade e no uso das redes são possibilidades de assimilação ao sistema com a sofisticação do algoritmo, ainda que, paradoxalmente, seja também um modo de luta por “reparação social”. A tecnologia não irá mudar se sempre for feita pelas mesmas pessoas. Nas plataformas digitais, existem uma gama de conhecimento e áreas para serem

exploradas. Fazer parte de comunidades e se unir a pessoas com propósitos comuns são um modo de compartilhar dificuldades e celebrar avanços, é com a diversidade de conhecimentos e sentidos que redes e coletivos se direcionam no propósito do manejo e apropriação tecnológica.

Do mesmo modo, lutar pelo banimento de ferramentas que reiteram o sujeito colonial é fundamental nesse debate. As de reconhecimento facial, por exemplo, são técnicas altamente imprecisas, em especial sobre pessoas racializadas como “não brancas”, expressando a seletividade penal do judiciário brasileiro. O discurso de tecnologia neutra favorece ainda mais excessos postos pelas lógicas coloniais, fortalecendo o modo como o mercado da inteligência artificial oculta seu funcionamento. Não podemos pressupor a boa fé do mercado dominado pelas grandes empresas tecnológicas, que por sua vez, aumenta o potencial violento de projetos autoritários e fortalece a infraestrutura de vigilância que infringe direitos humanos.

Desse modo, o desafio que está posto em nossos dias atuais de datatificação da vida e capitalismo de vigilância, dentre outros fenômenos socio-econômico-digitais, é o de produzir uma nova (xeno)cosmopercepção; ou seja, com a contribuição de Oyèrónké Oyěwùmí (2017) e das Xenofeministas, podemos especular perspectivas que partam de outras relações e novas afetividades com os processos cognitivos envolvidos. Uma abertura coletiva com o fora, como um tipo de busca por novos vetores compartilhados, de novas plataformas sociais, permeadas por afetividades e equidades. Uma modulação tecnopolítica coletiva se faz fundamental no atual contexto de tecno(necro)biopoder.

Precisamos reinventar modos de se relacionar com as agências, e produzir novos movimentos que não reiterem elementos próprios da colonialidade: especialismos hierárquicos autoritários, alienação técnica excludente, formalização matemática reducionista que nega às singularidades e contingências das posicionalidades. Retirar o campo do digital desta política sensível moderno-colonial que se quer asséptica, mas que, de fato, apenas reafirma concepções excludentes e hierarquizantes desde lógicas classistas, racistas, misóginas, capacitistas e cisheteronormativas, envolve a construção de uma outra relação sensível com o digital que nos permita a produção de outras tecnopolíticas sustentadas em diferentes éticas e experiências (estéticas e epistêmicas).

Torna-se imprescindível, então, erigirmos um outro imaginário sociotécnico no qual tanto ingressem novas/os autoras/es e protagonistas destas ficções digitais, quanto, também, transformem nossa noção do digital em algo mais íntimo, cotidiano e aberto a reinvenções horizontalizadas, tornando-nos pessoas íntimas das entranhas das

plataformas nas quais navegamos. Enfrentar amplamente essas questões é um modo de incrementar uma democracia digital, onde outros corpos possam compor tais movências, com outras lógicas e sentidos cosmoperceptivos.

A cosmopercepção (OYEWÙMI, 2017), nesses termos, nos auxilia na construção de processos relacionais que envolvam nossas sensibilidades, e aqui nos interessa aquelas que nos são estranhas aquilo costumamos tomar como possibilidades de experiências. O corpo é uma armadilha para a cosmovisão eurocentrada, mas aqui como contraponto, ele assume a postura de uma encruzilhada de múltiplas vias possíveis. A agência das coisas não esta alicerçada somente no registro da razão, como historicamente é ensinado no Ocidente.

A (xeno)cosmopercepção nesse sentido, é uma aposta, uma ferramenta política-conceitual de fricção, que constrói um lugar que trata tanto da cosmopercepção (OYEWÚMI, 2017), quanto de uma ética hacker alicerçada no movimento Xenofeminista. Assim, a proposição de uma (xeno)cosmopercepção emerge através desse desafio, e se coloca como uma alternativa de descolonizar a atmosfera virtual e material envolvidas nos processos inventivos e associativos, para que possamos reverberar em outras agências e produções de novas realidades coletivas. Abrir essa dimensão é ampliar o campo do possível e do estrangeiro, enquanto estrangeiros. Portanto, é preciso produzir novas formas e (de)composições para a passagem para outros mundos, em que a pluriexistência das existências seja a pedra angular.

Referências bibliográficas:

ATANASASKI, Neda. **Surrogate Humanity: Race, Robots and the Politics of Technological Futures**. 2019.

BACON, Francis. Novum Organum. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BRATTON, Benjamin H. **The stack: On software and sovereignty**. MIT press, 2016.

BRUNO, F, CARDOSO, KANASHIRO, M, GUILHON, L, MELGAÇO, L. Apresentação. In **Tecnopolíticas da Vigilância - perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CONT, Valdeir Del. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. In: **scientiæ studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

COULDRY N, MEJIAS, UA. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. In: **Television & New Media**, 2019;20(4):336-349. Disponível em:[10.1177/1527476418796632](https://doi.org/10.1177/1527476418796632) Acesso em: 30 Maio 2021.

CRAWFORD, Kate; Vladan, JOLER. **Anatomia de um sistema de Inteligência Artificial. Com Ciência**. 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/anatomia-de-um-sistema-de-inteligencia-artificial/> . Acesso em: 25 nov. 2020.

CUNHA, Fabiana Lopes da; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Relatos de um explorador inglês: uma perspectiva da viagem de Francis Galton pelo sudoeste da África (1850-1852). Em: *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015, p.319-337.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia**, vol.3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O anti-édipo, capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DESCARTES, René. Discurso sobre o método. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

EKMAN, P. (1972). **Universals and Cultural Differences in Facial Expressions of Emotions**. In Cole, J. (Ed.), Nebraska Symposium on Motivation (pp. 207-282). Lincoln, NB: University of Nebraska Press.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

DA SILVA, Ferreira, Denise. **A Dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GOMES, Cristiano Mauro Assis, GOLINO, Hudson Fernandes. Relações hierárquicas entre os traços amplos do Big Five. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 2012, v. 25, n. 3 [Acessado 22 Agosto 2021] , pp. 445-456. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000300004>>. Epub 11 Out 2012. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000300004>.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema- Generar parentesco en Chthuluceno**. Trad. Helen Torres. Buenos Aires: Consonni, 2019.

HARAWAY, Donna, KUNZURU, H.; TADEU, T. (Org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HESTER, Helen. Xenofeminismo, **Tecnologías de género y políticas de reproducción**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

KOSINSKI, M.; STILLWELL, D.; GRAEPEL, T. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. In: **PNAS**, Washington, DC, v. 110, n. 15, p. 5802-5805, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1218772110> Acesso em 30 Maio 2021.

LEMONS, A.; MARQUES, D. Privacidade e Internet das Coisas: uma análise da rede Nest a partir da Sensibilidade Performativa. **E-Compós**, v. 22, n. 1, 29 ago. 2019. <https://doi.org/10.30962/ec.1611>

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. et al (Orgs.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto Pensar, p. 127-168, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Barcelona: Melusina, 2011.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Antígona, 2014.

MCKENZIE, Wark. **Un Manifiesto Hacker**. Alpha Decay, 2006.

OYEWÙMI, Oyèrónké. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: editorial en la frontera, 2017.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital—entrevista com Sérgio Amadeu Silveira. In: **Estudos de Sociologia**, v. 25, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13980/9356> Acesso em 30, maio, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul** / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. São Paulo: Cortez, 2010.

REED, Patrícia. **Xenofilia e desnaturalização computacional**. São Paulo: Coleção TRAMA, 2018.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. In: **Television & New Media**. 2019;20(4):350-365. Disponível em:10.1177/1527476419831640 Acesso em 30, maio, 2021.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. **Revista ECO-Pós**, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais, Olhares Afrodiaspóricos**. Organização e Edição: Tarcízio Silva. LiteraRUA – São Paulo, 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A Noção De Modulação e Os Sistemas Algorítmicos. In: **Revista De Comunicação Da FAPCOM** 3, no. 6 (n.d.), 2019. Disponível em: [10.31657/RCP.V3I6.111](https://doi.org/10.31657/RCP.V3I6.111) Acesso em 30 mai. 2021.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra. 2018.

TELES, Edson. GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA E AS SUBJETIVAÇÕES RAREFEITAS. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 59, n. 140, pág. 429-448, agosto de 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2018000200429&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2020.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. In: **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectiva para uma civilização de informação. In **Tecnopolíticas da Vigilância** - perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism : the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.

Monique Navarro Souza – Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI – UFRGS) - moniquenavarro0410@gmail.com; Luis Artur Costa – professor adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI UFRGS) - larturcosta@gmail.com